

## OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ACADÊMICOS PCDS DA UFPA DURANTE A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTRACURRICULAR. COMO MINIMIZAR ESSES DESAFIOS?

Jaqueline do Nascimento Brito Wazeler<sup>1</sup>  
Salomy Correa Lobato<sup>2</sup>

### RESUMO

A Universidade Federal do Pará (UFPA) assim como outras Instituições de Ensino Superior concedem cotas para Pessoas com Deficiência (PCD's) em seus processos seletivos tanto de graduação como pós-graduação, na qual esse direito é estabelecido em documentos normativos, como: as leis N° 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a N°13.409/2016 sobre a reserva de vagas para PCD'S nos cursos técnico de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino e entre outros. Assim, durante a vida acadêmica é possível à participação, como ouvintes ou apresentadores de suas pesquisas em eventos científicos (nacionais e internacionais) onde o discente tem a oportunidade de vivenciar atividades extracurriculares contribuindo com a sua vida acadêmica/profissional. Nesse sentido, este artigo apresenta como objetivo investigar quais os desafios tem contribuído para a participação ou não em viagens acadêmicas; compartilhar as ações que a UFPA tem realizado para que os alunos possam participar dos eventos extracurriculares; e sugerir ações que possam minimizar esses desafios enfrentados atualmente pelos alunos com deficiência da UFPA. A metodologia da pesquisa será um estudo descritivo com abordagem qualitativa e a aplicação de questionário eletrônico. O público estudado serão discentes PCD'S que tenham participado (ou não) das viagens acadêmicas pela UFPA nos últimos oito anos. Este estudo conta como referencial teórico temas segundo os autores: a Inclusão Social na ótica de Sasaki (2009); o conceito do Desenho Universal (DU) por meio do arquiteto Ron Mac (1985). Logo, refletir e discutir soluções sobre as seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, pragmática e atitudinal é imprescindível para propor um ambiente inclusivo, favorecendo assim a participação do público da Educação Especial nos eventos extracurriculares.

**Palavras-chave:** Pessoa com Deficiência, UFPA, Desenho Universal, Instituição de Ensino Superior.

### INTRODUÇÃO

Os documentos normativos (leis, decretos e portarias) que subsidiam as Instituições de Ensino Superior sobre a acessibilidade ao público da Educação Especial têm sido norteador para que elas possam elaborar e aplicar ações contínuas e inclusivas nos ambientes formais de educação. Ao longo das últimas décadas diversas políticas públicas brasileiras vêm evoluindo e oportunizando espaços inclusivos e autonomia aos estudantes com deficiência dentro das suas diversidades, mas como temos várias legislações e todas são importantes para esse estudo destacamos: a lei N° 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 com o Programa Incluir e a lei N° 13.409/2016 sobre a reserva de

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior da Universidade Federal do Pará, [jaquelinebrito@ufpa.br](mailto:jaquelinebrito@ufpa.br);

<sup>2</sup>Mestra do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, [salomy@ufpa.br](mailto:salomy@ufpa.br).

vagas para PCD'S nos cursos técnico de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino que serão discutidas ao longo deste artigo.

O artigo se divide em cinco partes. No primeiro, a Introdução citando as legislações pertinentes nessa pesquisa e o processo de inclusão no Ensino Superior. Na segunda, a Metodologia aplicada durante a coleta de dados e a produção do trabalho. Na terceira, o Referencial Teórico : a Inclusão Social na ótica de Sasaki (2009); o conceito do Desenho Universal (DU) por meio do arquiteto Ron Mac (1985); Na quarta, Resultados e Discussões a partir da coleta de dados; Na quinta, as Considerações Finais com sugestões dos discentes com deficiência da UFPA de ações que possam contribuir ainda mais com o processo de inclusão durante as viagens acadêmicas extracurriculares.

Nesse contexto de legislações iniciamos pela: lei Nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional destacamos o capítulo V sobre a Educação Especial na perspectiva: dos tipos de atendimentos especializados, da formação profissional dos educadores e os entes (União, Distrito Federal, Estados, Municípios) colaborando com a formação continuada dos profissionais da educação e entre outras, em seu art. 60-B:

Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

Nesse artigo citado da lei fica elencado a obrigação de todas as instituições de ensino realizarem procedimentos que visem a qualidade e autonomia do estudante com deficiência, seja por meio dos materiais didáticos adaptados (quando necessário), seja a formação continuada e especializada dos profissionais de educação (básica e superior). Como, também o uso das tecnologias assistivas: de baixo custo (podendo ser elaborado pelo docente ou equipe pedagógica que o acompanha) ou de alto custo (podendo ser comprado os equipamentos tecnológicos computadores, impressoras, tablets e softwares) que atendam as especificidades do aluno com deficiência.

Assim, esses processos inclusivos nos ambientes educacionais têm contribuído para a autonomia do estudante com deficiência durante os estudos e produções acadêmicas no Ensino Superior. Logo, também oportuniza uma maior visibilidade e presença deles nos projetos e

eventos científicos, visto que a produção dos conteúdos de forma acessibilizada permite que o público da Educação Especial tenha igualdade de acesso aos conteúdos científicos.

Em continuidade sobre as legislações destacamos também o decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 sobre o Programa Incluir do Ministério da Educação (MEC) norteando a criação dos Núcleos de Acessibilidade dentro das IFES sobre o atendimento especializado destacando o art. 5º § 5º no decreto:

Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

Em 2013 foi lançado pelo SECADI/SESU o Documento Orientador, a fim de institucionalizar as políticas sobre acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior para promover a inclusão social. A partir dele novos processos inclusivos e multidisciplinares foram desenvolvidos nos núcleos de acessibilidade, no qual contribuem para a minimização dos desafios enfrentados pelos alunos com deficiência nos ambientes formais de educação seja no Ensino, na Pesquisa e na Extensão durante sua vida acadêmica do indivíduo com deficiência.

Dentre essas diversas políticas inclusivas que foram sendo fortalecidas para a inclusão de pessoas com deficiência que antes estavam em desvantagens ao ingresso no ensino superior em universidades públicas também salienta-se a Lei das cotas ou lei Nº 13.409/2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para as estudantes negros, pardos, indígenas, com deficiência e de baixa renda da escola públicas ao superior das instituições federais de ensino no país estabelecendo, em seu art. 3º que:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Os avanços legais foram fundamentais para promover a inclusão de grupos desfavorecidos historicamente e prevenir situações de exclusão, uma vez que o acesso ao ensino superior nem sempre esteve ao alcance de todos o que contribuía para a manutenção de injustiças históricas da educação superior no Brasil. Apesar de todos esses avanços sobre o

processo de inclusão nos espaços educacionais ainda estamos distante de uma inclusão igualitária para todos, já que as necessidades e diversidades de cada indivíduo são inúmeras o que demanda mais atenção das instituições para desenvolver Políticas e ações inclusivas que atendam os princípios do Desenho Universal (DU) e do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

O presente estudo teve como objetivo investigar quais os desafios tem contribuído para a participação ou não em viagens acadêmicas; compartilhar as ações que a UFPA tem realizado para que os alunos possam participar dos eventos extracurriculares; e sugerir ações que possam minimizar esses desafios enfrentados atualmente pelos alunos com deficiência da UFPA.

A metodologia foi uma pesquisa bibliográfica sobre trabalho correlatos com as palavras-chaves: Inclusão Social, Ensino Superior, Viagem Acadêmica e Políticas Públicas Inclusivas e com uma abordagem qualitativa para observar, refletir e discutir melhorias sobre as ações inclusivas para minimizar os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência da UFPA durante os eventos extracurriculares, visto que a pesquisa de opinião com esse público possibilitou a compreensão de parte do cenário atual para refletirmos em um futuro ainda mais acessível e inclusivo.

A inclusão social é um processo que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, na qual a luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência tem resultado em legislações, em decretos e em ações que mudaram os ambientes formais de educação. Nesse contexto, o autor (Sasaki, 2009) discute a importância da acessibilidade respeitar uma estrutura didática formada em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, pragmática e atitudinal.

Assim, por meio da coleta de dados (entrevista com os alunos com deficiência) e da pesquisa bibliográfica optou-se por comparar cada uma dessas dimensões com o que a Universidade Federal do Pará oferta ao público da Educação Especial atualmente nesse processo de inclusão no Ensino Superior:

- arquitetônica – as barreiras físicas tem sido minimizadas por meio dos pisos táteis, das rampas/elevadores adaptados para cadeirantes e os espaços (laboratórios, banheiros, salas e auditórios) adaptados respeitando a Norma Brasileira (ABNT NBR 9050) para as devidas adequações, a fim de facilitar o deslocamento e a participação das atividades internas (dentro do Campus) e externas (nos Campis);

- Comunicacional- as barreiras de comunicação são realizadas tratativas por meio dos serviços de Tradução e Interpretação de Libras, orientações/acompanhamento por meio da Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS), visto que todas essas contribuem para minimizar os problemas de solicitações durante as tratativas entre a UFPA e o aluno com deficiência;
- Metodológica- a elaboração de cartilhas pedagógicas, produtos acessíveis educacionais, transcrição de texto em Braille, conversão de texto para leitores de tela, audiodescrição durante as aulas/eventos tentando maximizar a aprendizagem, haja vista cada indivíduo possuir formas singulares de inteligência emocional e acadêmica;
- Instrumental- a partir dos laboratórios com tecnologias assistivas adquiridas para proporcionar conteúdos científicos acessíveis e atualmente temos a possibilidade da transcrição dos conteúdos em braille e os softwares leitores de tela;
- Programática – pertencem as legislações, decretos, portarias, em que são diversas respeitadas/usadas e também destacamos os auxílios: Permanência e Moradia PCD, Kit Tecnologia Assistiva PCD; Auxílio à Viagem Acadêmica;
- Atitudinal- são ofertados cursos de formação continuada/eventos acerca de temas relacionados ao processo de inclusão e acessibilidade, a fim de sensibilizar a comunidade acadêmica da UFPA para melhor atender as demandas dos alunos com deficiência.

Além, dessas dimensões destacada por Sasaki (2009) é válido destacar que o Desenho Universal também possibilita criar ambientes inclusivos e acessível, visto que esse tipo de ação poderá minimizar as segregações e as exclusões sociais. Dessa forma, criar espaços e produtos acessíveis que possibilitem ser usado por qualquer pessoa não importando suas características físicas e habilidades pessoais, ou seja, criar ambientes com igualdade de acesso e minimizando a dependência de terceiros durante o manuseio dos espaços acadêmicos.

Segundo (Cabrilli,, 2019,1), [...] Desenho Universal é o caminho para uma sociedade mais humana e cidadã. Essa é a direção que devemos seguir. Por isso, a importância de desenvolver espaços igualitários para todos, em que uma pessoa com deficiência não necessita de auxílio individual.

No ano de 1987 Ron Mac um homem cadeirante, arquiteto de origem americana elaborou o conceito de Universal Designer no Brasil Desenho Universal e a partir dele com a reunião de outros arquitetos para discutir sobre a possibilidade de espaços arquitetônicos adaptados que pudessem oferecer acessibilidade, autonomia e qualidade de vida para as pessoas

com deficiência. A partir daí surgindo os sete princípios do Desenho Universal apresentados, como: igualitário, adaptável, óbvio, conhecido, seguro, sem esforço e abrangente e que atualmente é conhecido mundialmente.

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) mostrou ser uma abordagem eficiente para a criação de ambientes de aprendizagem flexíveis e acessíveis para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. (Ribeiro; Amato, 2018). A proposta contribui com a aprendizagem de todos os alunos com ou sem deficiência e devendo ser aplicado a todos os níveis de educação (da básica ao ensino superior), visto que o direito a educação é direito de todos os indivíduos na sociedade.

O DUA contribui com a aprendizagem de todos os alunos, já que permite a flexibilização, o suporte e a maior aprendizagem de todos os aprendizes independentemente de suas limitações e especificidades físicas e neurais. E, destaca-se que nenhum método ou legislação solucionará a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, mas o conjunto de ações e a minimização das barreiras (físicas, pedagógicas, comunicacional, atitudinais e outras) poderão oferecer mais qualidade de ensino aos educandos com deficiência.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi descritivo com abordagem qualitativa, pois esse propõe investigar os dados descritivos de um fato resultando o contato direto do pesquisador com a situação observada e analisada. Segundo (Calil; Arruda, 2004), esse processo ou a forma como ocorre o fenômeno e preocupa-se em captar a perspectiva daqueles que participam da pesquisa.

A pesquisa foi aplicada por meio da entrevista em sondagem de opinião por meio do questionário no google forms e dados pessoais (nome, endereço, matrícula) não são solicitados ao participante. Elaborada mediante um questionário totalmente estruturado, onde a escolha do informante está condicionada a dar respostas às perguntas formuladas pelo investigador (MINAYO, 2010).

A pesquisa também teve um cunho bibliográfico e realizou-se buscas nas bases de dados: Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO) para a realização do embasamento teórico e a coleta de dados foi utilizado como instrumento um formulário digital no google forms com perguntas abertas e fechadas aos participantes da universidade estudada. Logo, por meio das respostas coletadas foram comparadas e discutidas: as atuais ações realizadas pela Universidade Federal do Pará para prover um espaço inclusivo aos discentes com deficiência e novas ações que possam minimizar esses desafios enfrentados atualmente pelos alunos com deficiência na UFPA durante as viagens acadêmicas.

Sobre os procedimentos da análise dos gráficos, na qual destaca-se que o formulário online ficou aberto durante trinta dias e foram respondidos por setenta e oito alunos com deficiência. Foi realizado o contato com a Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) para que a pesquisa de opinião fosse enviada na lista de email dos alunos com deficiência da UFPA, na qual os que tivessem interesse de participar do estudo pudessem preencher o formulário de forma totalmente anônima e espontânea.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O autor Sasaki (2009) discute a importância da Inclusão no processo de acessibilidade no lazer, no trabalho e na educação, em que o indivíduo com deficiência necessita ter acessibilidade em todos os locais na sociedade. Logo, conseguirá desenvolver autonomia e qualidade de vida nas suas tarefas cotidianas e resultando em processo inclusivo de qualidade.

Segundo (Sasaki, 2009,1), [...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

O projeto universal é o processo de criar os produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade, ou habilidades. Os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade. (Carletto; Cambiaghi, 2019, 10)

Segundo, (Hedero, 2020), O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma abordagem que procura minimizar as barreiras metodológicas de aprendizagem, ou seja, contribui para que os ambientes educacionais tornar-se acessíveis e igualitários a todos. Pois, a equipe pedagógica e os educadores envolvidos desenvolvem metodologias minimizando os problemas de acesso aos conteúdos: das aulas e dos trabalhos (os individuais e/ou em grupo) e produzindo em melhores resultados durante as avaliações das disciplinas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Assim, por meio dessa pesquisa podemos apresentar parcialmente o perfil atual dos acadêmicos com deficiência da UFPA e compreender como esse público tem participado ou não das atividades extracurriculares, visto que isso envolve um conjunto de assuntos, como: produção de trabalhos acadêmicos; o edital do Auxílio Viagem Acadêmica (AVA); acessibilidade arquitetônica/ônibus institucional (ônibus); conteúdos adaptados; tecnologias

assistivas; acompanhante (vidente, fluente em libras, audiodescritor) durante as viagens extracurriculares.

Mesmo estando distante de um ideal de inclusão social todas essas ações tem possibilitado minimizar as barreiras: comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais muitos avanços tem ocorrido nessas últimas décadas e refletindo visivelmente no aumento do quantitativo de discentes com deficiência no Ensino Superior.

Para a realização deste estudo, contamos com a participação de setenta e oito discentes com deficiência, em que o ingresso em seus respectivos cursos: Direito (3), Medicina (2), Psicologia (2), Ciências Contábeis (1), Pedagogia (7), Publicidade e Propaganda (3), Matemática (5), Ciências Sociais (1), História (4), Serviço Social (1), Arquivologia (1), Engenharia Naval (1), Engenharia Civil (1), Jornalismo (2), Biomedicina (1), Ciências Biológicas (3), Engenharia da Computação (2), Engenharia Sanitária e Ambiental (1), Letras/Língua Portuguesa (4), Ciências Biológicas (6), Biblioteconomia (1), Agroecologia (1), Museologia (1), Enfermagem (1), Biotecnologia (1), Arquitetura e Urbanismo (4), Oceanografia (1), Engenharia Mecânica (1), Licenciatura em Física (1), Economia (1), Administração (1), Nutrição (1), Terapia Ocupacional (1), Música (1), Odontologia (1), Artes Visuais (2), Letras/Libras (1), Dança (3), Programa de Mestrado (4).

O lapso temporal de vínculo com a UFPA dos alunos com deficiência que participaram da pesquisa ocorreu de 2015 até 2023 dentre ingressos/egressos (de graduação e pós-graduação) e esses sinalizaram que adentraram via processos seletivos por meio de cotas e sem cotas. Dentre esses, alguns após adentrar a Universidade solicitaram acompanhamento e participaram/participam dos auxílios: financeiros, da Casa do Estudante, do Auxílio de Viagem Acadêmica, de tecnologia assistiva e a adaptação de conteúdos acadêmicos para as aulas.

Dessa forma, o perfil socioeconômico dos alunos com deficiência que participaram da pesquisa de opinião são os abaixo:

- o sexo: 40 masculino; 37 feminino; 1 outros;
- deslocamento de transporte da residência para a UFPA: 50 (alunos com deficiência) de ônibus, 7 (alunos com deficiência) de carro/moto (particular), 5 (alunos com deficiência de carro/moto (uber), 2 (alunos com deficiência) de bicicleta, 13 (alunos com deficiência) de pé/cadeira de rodas;
- tipo de deficiência: 41 física, 21 visual, 6 auditiva, 7 algum transtorno, 3 outros;

- faixa etária de idade: 16 á 26 anos (38 alunos com deficiência), 27 á 37 anos (25 alunos com deficiência), 38 á 48 anos (14 alunos com deficiência) e acima de 48 anos (1 aluno com deficiência);
- renda familiar: menos de 1 salário mínimo (28 alunos com deficiência), 1 á 3 salários mínimos (38 alunos com deficiência), 3 á 5 salários mínimos (8 alunos com deficiência) e acima de 5 salários mínimos (4 alunos com deficiência);
- necessidade de auxílio ou apoio da UFPA: 41 alunos com deficiência utilizaram algum tipo de Auxílio, como: Casa do Estudante, Moradia e Permanência, Viagem Acadêmica e Taxa Zero no Restaurante Universitário; e 37 alunos com deficiência informaram nunca ter usado nenhum tipo desses acima até o momento da pesquisa;
- Deslocamento da sua cidade após passar no processo seletivo da UFPA: 20 alunos com deficiência mudaram de cidade e 58 alunos com deficiência continuaram morando no mesmo local;
- Residem na Casa do Estudante: 2 (alunos com deficiência) conseguiu uma vaga por meio da seleção do edital sobre Auxílio Permanência e Moradia e 76 (alunos com deficiência) se deslocam dentro da cidade em que moram para chegar na UFPA;

Nesse sentido, todos os dados citados anteriormente estão relacionados diretamente com fatores pessoais (biológicos, familiares e financeiros), haja vista contribuir para que esse estudante com deficiência tenha acesso as dependências físicas da UFPA. Logo, são fatores que também podem gerar uma motivação ou até desmotivação para que esses alunos com deficiência consigam participar de suas atividades cotidianas e científicas como aluno e pesquisador em sua instituição de ensino.

Os fatores institucionais estão relacionados com as: políticas institucionais, conteúdos acessíveis, a formação continuada dos recursos humanos, e com a acessibilidade (dos ambientes e dos ônibus institucionais) e em relação a esses dados obtivemos como respostas:

O rendimento escolar também foi discutido e o desempenho acadêmico dos entrevistados foram: 17 Excelente, 37 Bom, 20 Regular e 4 Insuficiente e esses resultados estão interligados a fatores institucionais. Pois, o índice acadêmico interrelaciona-se com: a participação em grupos de pesquisa, com as vagas em bolsas de pesquisa, na produção de trabalhos científicos e a apresentação de trabalhos em eventos extracurriculares.

Ainda sobre o contexto acadêmico a cerca das produções acadêmicas e participações nos eventos extracurriculares, obtivemos os seguintes resultados:

O público da Educação Especial está mais presente nos ambientes do Ensino Superior e com isso dentro dos eventos acadêmicos (locais, nacionais e internacionais) tem tornado mais notório, mas ainda não é suficiente a participação apenas como ouvinte na maioria das vezes e sim que esses possam tornar-se mais atuantes seja através da apresentação de suas pesquisas científicas ou na execução de oficinas durante os encontros, seminários e congressos acadêmicos.

<b>VOCÊ JÁ SUBMETEU UM TRABALHO ACADÊMICO EM EVENTOS CIENTÍFICOS?</b>	
SIM	20
NÃO	58
<b>VOCÊ JÁ DEIXOU DE PARTICIPAR DE UM EVENTO ACADÊMICO?</b>	
SIM	38
NÃO	40
<b>QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O ÔNIBUS INSTITUCIONAL DA UFPA?</b>	
ATENDEM AS NECESSIDADE BÁSICAS PARA ACESSIBILIDADE	15
NÃO ESTÃO ATENDENDO	11
NÃO SE APLICA	52
<b>VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUM: ENCONTRO, CONGRESSO, SEMINÁRIO E SIMPÓSIO, COMO OUVINTE?</b>	
SIM, EVENTOS REALIZADOS APENAS NA UFPA	30
SIM, EVENTOS REALIZADOS NO EVENTO NACIONAL/REGIONAL	11
MAIS DE 1 OPÇÃO ACIMA	10
NÃO, NUNCA PARTICIPEI	27
<b>CASO TENHA PARTICIPADO DE UMA VIAGEM ACADÊMICA VOCÊ CHEGOU SOLICITAR O AUXÍLIO DE VIAGEM ACADÊMICA (AVA)?</b>	
SIM	13
NÃO	25
NÃO CONHEÇO ESSE TIPO DE AUXÍLIO	22
NÃO SE APLICA	18
<b>CASO TENHA PARTICIPADO DO AVA. QUAL A FORMA DE DESLOCAMENTO?</b>	
AÉREO	7
ÔNIBUS RODOVIÁRIO	7
ÔNIBUS INSTITUCIONAL DA UFPA	30
HIDROVIÁRIO	0
OUTROS	34

Tabela 1: Fatores Institucionais que Influenciam a Educação Superior do Público da Educação Especial na UFPA

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa podemos destacar quais os desafios que o público da Educação Especial tem enfrentado durante as viagens extracurriculares e as ações da Universidade Federal do Pará tem realizado para minimizar as barreiras: comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais e como esse processo de inclusão educacional tem ocorrido. Nesse contexto, é claro que ainda temos muitos percursos a serem superados e as ações citadas que a UFPA não é a solução universal para todo o processo de inclusão, mas tem contribuído para maximizar a participação dos acadêmicos com deficiência nas viagens extracurriculares.

Dessa forma, algumas sugestões do público entrevistado que pode contribuir com uma inclusão mais efetiva, são: o ônibus institucional com mais acessibilidade para a pessoa com

deficiência física e piso tátil; formação continuada para os motoristas e técnicos que acompanham a viagem acadêmica; editais para seleção de profissionais (audiodescritores, intérpretes de libras e guia vidente) para acompanhar as viagens; editais de tutores para alunos acompanharem alunos com deficiência; o edital do Auxílio Viagem Acadêmica de forma acessível (em libras) e maior divulgação dele na UFPA.

Ainda, no formulário foi solicitado que os entrevistados destacassem palavras ou termos que representassem a “importância da participação dos eventos e viagens acadêmicas na vida acadêmica do discente com deficiência” e foram citadas: aprendizagem coletiva, conhecimento social, experiência curricular, futuro profissional, socialização científica, integração acadêmica, aprimoramento profissional, valorização acadêmica acessível para todos e respeito com as diferenças, eventos acadêmicos. Logo, todas os termos e palavras citadas repetidamente ou similares foram transformadas nas citadas acima.

Portanto, com essas entrevistas foi possível perceber que o público da Educação Especial da UFPA tem iniciado uma trajetória mais atuante nos eventos extracurriculares e muitos desafios tem sido superado em relação aos fatores pessoais e institucionais, mas que ainda temos muito para avançar nessa trajetória inclusiva e acadêmica.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (1996). Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 06 de julho de 2023;
- BRASIL. Programa Incluir. Documento Orientador Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu (2013). Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17433-programa-incluir-acessibilidade-a-educacao-superior-novo> >. Acesso em 06 de julho de 2023;
- BRASIL. Lei nº. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (2016b). Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm) >. Acesso em 06 de julho de 2023;
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em 06 de agosto de 2023;

- BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <[http:// portal/mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf)>. Acesso em 06 de agosto de 2023;
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília,DF, 2011. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) >. Acesso em 16 de agosto de 2023;
- Batista, E. C., Matos, L. A. L. de, & Nascimento, A. B. (2017). A Entrevista Como Técnica De Investigação Na Pesquisa Qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23–38. Recuperado de <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910>>. Acesso em 06 de setembro de 2023;
- CANTORANI, L. A. P; PILATTI, L. A; HELMANN, C. L. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409.. Disponível em : < <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250016>>. Acesso em 06 de junho de 2023;
- CALIL, R. C. C.; ARRUDA, S. L. S. Discussão da pesquisa qualitativa com ênfase no método clínico. In: GRUBTS, S.; NORIEGA, J. A. V. (Orgs.). *Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação*. São Paulo: Vetor, 2004.
- HEREDERO, E, S. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). 2020. Disponível em: <<http://orcid.org/0000-0003-0293-4395>>. Acesso em 06 de setembro de 2023;
- Minayo, M.C.S. (2010) Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 261-297. Acesso em 06 de setembro de 2023;
- ROSSETO, E. Políticas de inclusão no Ensino Superior no Brasil, *Revista Temas & matizes: políticas educacionais*, Cascavel, n. 13, p.49–57, jan-jul, 2008. Disponível em: < <https://erevista.unioeste.br/index.php/temasmatizes/article/view/2486>>. Acesso em 16 de agosto de 2023;
- RIBEIRO. G. R. P. S; AMATO, C, A, L, H; A análise da utilização do Desenho Universal para Aprendizagem. 2018. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/12117/7488>>. Acesso em 06 de agosto de 2023;
- SASSAKI, R. K; *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.